

SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO OFICIAL DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Exm.º Senhor Dr. Nuno Vitorino, Coordenador do QREN,

Exm.º Senhor Dr. Castellacci, representante da Comissão Europeia,

Exm.ª Senhora Dra. Helena Azevedo, Gestora do Programa Operacional Temático da Valorização do Território,

Exmos. Gestores dos Programas Regionais,

Exmos. Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quero, em primeiro lugar, dirigir um agradecimento especial aos oradores, bem como a todas as pessoas que nos honram com a sua presença nesta Sessão.

A apresentação pública dos Programas Operacionais da Região é o culminar de todo um processo com várias fases.

Nesta oportunidade, afigura-se-me pertinente recordar algumas destas fases, para uma melhor compreensão de toda a lógica que está subjacente aos Programas, e para assim percebermos o contexto da sua própria intervenção.

No plano eminentemente estratégico, o Estado-membro concebeu um documento de estratégia que define os grandes objectivos e prioridades de desenvolvimento para o período 2007/2013, além de estabelecer os princípios orientadores para uma maior eficiência na utilização dos recursos.

Foram estas as bases do já conhecido Quadro de Referência Estratégico para o período 2007/2013.

O QREN assume um conjunto de prioridades estratégicas que reflectem, de forma clara, as orientações da Comissão Europeia, designadamente as que se prendem com as definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa e respectivas actualizações.

Destacaria nas prioridades estabelecidas as seguintes:

- A Qualificação das Pessoas;
- O Crescimento Sustentado;
- A Coesão Social;
- A Qualificação do Território e das Cidades; e,
- A Eficiência da Governação.

Por outro lado, não posso deixar de referir os princípios orientadores, consignados no QREN, que têm como objectivo central tornar mais eficiente a utilização dos recursos, e dos quais sublinharia:

- A concentração;
- A Selectividade e Focalização;
- A Viabilidade Económica e a Sustentabilidade Financeira;
- A Coesão e Valorização Territorial; e,
- A Gestão e Monitorização Estratégica.

O QREN assume, assim, uma importância fulcral, não só para assegurar no plano operacional a coerência estratégica, como também no estabelecimento de algumas regras de cariz operacional, que de alguma forma introduziram sensíveis mudanças, podendo citar a título de exemplo a Concentração.

A Região Autónoma da Madeira, como parte integrante do todo nacional e também como Região beneficiária de recursos comunitários, participou activamente na fase de concepção do QREN, no âmbito da respectiva coordenação técnica.

No entanto, a política de desenvolvimento da Região tem sido definida ao longo dos últimos anos através de modelos de desenvolvimento próprios.

Num quadro de desenvolvimento próprio que a Região tem protagonizado, era indispensável, também, a formulação de um novo modelo estratégico, fundamental para a definição de rumos e prioridades inerentes às especificidades particulares da Região, sem descurar as grandes linhas de orientação estratégica, tanto da União Europeia como as constantes do QREN.

O trabalho de concepção e elaboração do PDES foi um exercício extremamente enriquecedor e que envolveu muitos organismos e personalidades de reconhecida competência e experiência, e cujo contributo foi vital para o documento produzido, que se apresenta como um modelo coerente e sustentado.

É neste sentido que assume uma importância vital o cumprimento das suas directrizes, para que o desenvolvimento da Região se processe de uma forma estruturada, num contexto de mudança progressiva.

Reflecte assim o PDES novas vertentes estratégicas, que vêm reforçar a clara intenção do Governo Regional de sustentabilizar as alterações que se pretendem introduzir.

Cabe aqui, certamente, uma alusão às prioridades estratégicas estabelecidas:

- Inovação, Empreendedorismo e Sociedade Conhecimento;
- Desenvolvimento Sustentável – Dimensão Ambiental;
- Potencial Humano e Coesão Social;
- Cultura e Património; e,
- Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado.

São prioridades que de facto reflectem uma vontade inequívoca de implementar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, assente num novo paradigma das políticas de desenvolvimento baseadas na inovação, no empreendedorismo e na sociedade do conhecimento, contribuindo assim para o Reforço da Capacidade Competitiva da Região, mas sem descurar as actividades em que já apresentamos vantagens comparativas, como é o caso das actividades Turísticas.

Para tal, é necessário:

- Valorizar, diversificar e modernizar a estrutura económica da Região, através da promoção das competências humanas, da diversificação económica que promova a clusterização dos sectores estratégicos e da promoção de projectos de investimento integrados e inovadores;
- Criar condições para o incremento sustentável da competitividade do sector privado, através de instrumentos de apoio e de incentivo, designadamente instrumentos financeiros e fiscais, promoção de parcerias, apoio à requalificação de empresas,

recorrendo ao apoio ao recrutamento de competências humanas necessárias ao reforço da formação de empresários, orientada para os factores dinâmicos da competitividade e reforço da capacidade de resposta dos serviços da Administração Pública, nomeadamente reforçando a plataforma *e-governement* e a desburocratização; e,

- Promover a internacionalização da Região, designadamente através da organização, promoção e facilitação do acesso a informações sobre oportunidades de mercados, actividades, produtos e serviços com elevado potencial de crescimento e negócios inovadores, da criação de marcas e patentes regionais, de estudos de mercado e da afirmação da cooperação para a internacionalização.

Tudo isto num cenário que recusa catastrofismos, mas que requer confiança, responsabilidade e a consciência que o trabalho já efectuado é um suporte fundamental para este novo ciclo.

É neste quadro global de referência, que os Fundos Comunitários surgem como instrumento de incontornável importância para a prossecução da estratégia da Região.

Tendo-se registado uma redução dos fundos comunitários, como é do conhecimento de todos, gostaria de salientar uma vez mais, especialmente perante esta plateia, que, apesar dessa redução, há todo um conjunto de tipologias específicas de projectos que, face às suas características próprias, poderão ter um impulso significativo através dos financiamentos veiculados pelos Fundos Estruturais.

Na realidade, há áreas que poderão ter um grande incremento, pois, em princípio, não exigirão investimentos tão vultuosos quanto aqueles que no passado foram necessários, nomeadamente os que foram afectos à construção das grandes infra-estruturas.

É com a consciência desta situação que eu deixaria a todos quantos estão aqui presentes, uma palavra de apoio para que saibam interpretar as prioridades estabelecidas, através da apresentação de projectos que sejam efectivamente mais valias na prossecução dos objectivos a que nos propusemos.

Relativamente ao Fundo de Coesão, reafirmo, nesta ocasião, o quanto é importante para a Região os apoios que são disponibilizados para este Fundo e que, como todos sabem, incidem especialmente em grandes infra-estruturas nas áreas dos Transportes, Ambiente e Energia.

Se bem que muitas das infra-estruturas já estejam concluídas, estão ainda por executar um conjunto de infra-estruturas que são estratégicas para a Região, e, nesse sentido, foram, com carácter indicativo, apresentados projectos enquadráveis no Fundo de Coesão, cuja realização, repito, é fundamental para a Região.

A dotação disponível no Eixo quinto do Programa Temático de Valorização do Território, de 100 milhões de euros, não sendo suficiente para todas as necessidades que ainda subsistem, não deixa de ser um contributo decisivo.

Aproveito a presença da Exma. Gestora do Programa Operacional Temático da Valorização do Território, Dra. Helena Azevedo, a quem agradeço reconhecidamente a disponibilidade de aqui se encontrar, bem como toda a colaboração que tem prestado ao longo de todo este processo de implementação do Programa na Região, e quero reiterar que o Governo Regional da Madeira assumirá uma posição de grande empenhamento para que a Região possa usufruir integralmente dos recursos que lhes foram atribuídos no âmbito do Fundo de Coesão.

No que concerne à Gestão dos Programas Operacionais da Região, foi intenção do Governo Regional manter, na medida do possível, uma lógica idêntica à adoptada nos anteriores Quadros, designadamente o III Quadro Comunitário de Apoio.

Os últimos Quadros caracterizaram-se por uma Gestão plurifundos, contrastando assim com a Gestão monofundo associada ao actual período de programação.

Apesar desta alteração, de carácter estruturante, foi entendimento do Governo Regional manter um órgão de Gestão e Coordenação, o actual Instituto de Desenvolvimento Regional, que sucedeu ao Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, mantendo também a lógica de descentralização, que do nosso ponto de vista é fundamental para garantir uma utilização coerente dos Fundos, aproveitando-se aqui a experiência que os organismos associados têm no âmbito das respectivas áreas de intervenção.

Neste sentido, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, no âmbito do Programa FEDER, terá responsabilidades na operacionalização de tudo o que concerne a incentivos às empresas, designadamente os Regimes de Incentivos já criados, e a criar, numa intervenção vital para o Desenvolvimento da Região e que passa pelo reforço competitivo do tecido empresarial, com um enfoque no apoio a projectos de carácter Inovador, passando também pela promoção e apoio ao Empreendedorismo.

A Direcção Regional de Formação Profissional e o Instituto Regional de Emprego, assumirão no âmbito do Programa Operacional do FSE, responsabilidades na Gestão do Eixo 1 – Educação e Formação, e do Eixo 2 – Emprego e Coesão Social, respectivamente.

Estas intervenções assumem, no contexto da estratégica de desenvolvimento da Região, um papel determinante especialmente pela transversalidade que está subjacente às áreas objecto de apoio no âmbito do FSE.

Maiores detalhes sobre estas intervenções serão dados pelo Dr. Sílvio Costa, pelo Dr. Jorge Faria, pela Dra. Sara Relvas e pelo Dr. Sidónio Fernandes, a quem expresso o meu agradecimento por todo o excelente trabalho que têm desenvolvido, igualmente extensivo às respectivas equipas de colaboradores.

No *terminus* de todo um percurso, longo e complexo, gostaria igualmente de agradecer a todos quanto colaboraram neste processo, e mesmo correndo o risco de ser injusto, não posso deixar de dirigir um agradecimento especial à Dra. Fernanda Cardoso e a toda a sua equipa que esteve envolvida no processo negocial com a Comissão Europeia, e ao Dr. Nuno Vitorino, e respectivos serviços no âmbito da Coordenação do QREN, pelo espírito sempre colaborante que teve com a Região.

Os Programas Operacionais, são, eles próprios, projectos de interesse regional, e o envolvimento de todos é deveras determinante para o futuro da nossa Região.

É, nesse sentido, que deixava um apelo particular aos empresários empreendedores para que aproveitem as oportunidades proporcionadas pelos fundos comunitários que a partir de agora estão à Vossa disposição, solicitando aos gestores dos programas para que prestem toda a informação necessária, da forma mais completa, célere e desburocratizada possível, de modo a que não existam quaisquer barreiras à dinâmica da iniciativa privada.

Por último, apelo para a consciência cívica de todos para que, empenhadamente, ajudem a Região Autónoma da Madeira a vencer mais este decisivo desafio que temos pela frente.

E para terminar, e como estamos na época natalícia, desejo a todos um Feliz Natal e um Bom Ano Novo!

Muito obrigado.